



Entre a memória e a invisibilidade: a história da escravização negra no Noroeste Fluminense

Between memory and invisibility: the history of black enslavement in Northwestern of Rio de Janeiro

Entre la memoria y la invisibilidad: la historia de la esclavitud negra en el noroeste de Río de Janeiro

 **Sérgio Manoel Miranda de Oliveira** E-mail: sergiomiranda@id.uff.br



Resumo: Esse artigo propõe investigar os procedimentos de invisibilização da escravização negra na história dos municípios da Região Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, buscando destacar, ressignificar e potencializar a memória de tal população, destacando como tal prática conecta-se à importância dos Direitos Humanos no passado e com a atualidade. Assim, o processo de escravização marcou e marca profundamente a história da construção da identidade brasileira desde os desdobramentos do tráfico interatlântico. Nesse sentido, é indispensável considerar a relevância das populações escravizadas na formação histórica de diversos municípios brasileiros. Dessa forma, estes desempenharam um papel que vai além da exploração forçada de sua mão de obra, mas, principalmente, o de reforçar sua existência e relevância para que se viabilize a compreensão de um dos princípios fundamentais dos Direitos Humanos, ou seja, o direito à memória, e dos agentes relevantes na formação sócio/cultural e histórica dos municípios da região Noroeste Fluminense.

Palavras-chave: memória; escravização; Noroeste Fluminense.

Abstract: This article proposes to investigate the procedures for making black slavery invisible in history of municipalities in the Northwest regions of the State of Rio de Janeiro, seeking to highlight, give new meaning and enhance the memory of such a population, highlighting how such practice connects to the importance of Human Rights in the past and today. Thus, the process of enslavement marked and still deeply marks the history of the construction of Brazilian identity, since the developments of the inter-Atlantic trafficking. In this sense, it is essential to consider the relevance of enslaved populations in the historical formation of several Brazilian municipalities. This way, they played a role that goes beyond the forced exploitation of their labor, but, mainly, to reinforce their existence and relevance so that the understanding of one of the fundamental principles of Human Rights is made possible, that is, the right to memory and relevant agents in the socio/cultural and historical formation of municipalities in the Northwest Fluminense region.

Keywords: memory; enslavement; Northwest of Rio de Janeiro.

Resumen: Este artículo se propone investigar los procedimientos para invisibilizar la esclavitud negra en la historia de los municipios de la Región Noroeste Fluminense del Estado de Río de Janeiro, buscando resaltar, dar nuevo significado y realzar la memoria de tal población, destacando cómo esta práctica se conecta con la importancia de los Derechos Humanos en pasado y hoy. Así, el proceso de esclavización marcó y todavía marca, profundamente, la historia de la construcción de la identidad brasileña, desde las consecuencias del narcotráfico inter atlántico. En este sentido, es fundamental considerar la relevancia de las poblaciones esclavizadas en la formación histórica de varios municipios brasileños. De esta manera, estos desempeñaron un papel que va más allá de la explotación forzada de su trabajo, pero, principalmente, reforzar su existencia y relevancia para que la comprensión de uno de los principios fundamentales de los Derechos Humanos, es decir, el derecho a la memoria y a los agentes relevantes para la formación sociocultural e histórica de los municipios de la región Noroeste Fluminense.

Palabras clave: memoria; esclavitud; Noroeste de Río de Janeiro.

Introdução

Este trabalho propõe investigar as relações de poder presentes na construção de uma memória a respeito da escravidão no noroeste do estado do Rio de Janeiro, sua presença ou ausência na história oficial dos municípios da região e a revalorização memorial do passado e da relevância de tal grupo nos âmbitos histórico e cultural. Partindo desse pressuposto, tem-se como um dos objetivos deste trabalho construir uma trajetória demográfica econômica, mostrando o período colonial português como o primeiro momento em que as bases iniciais das estruturas coloniais de poder se estabelecem através dos aldeamentos indígenas, uma união entre os poderes religiosos e políticos com o objetivo de eliminar ou cooptar as experiências sociais autóctones divergentes.

Em sequência, partimos da mesma relação entre demografia e economia para mostrar o cenário interno do noroeste fluminense. É perceptível, dado o cultivo cafeeiro, a atração migracional mineira para a região, a modificação do ambiente por meio das “derrubadas” da mata atlântica nativa em sobreposição ao cultivo do café. É nesse ponto que a produção cafeeira é enfatizada como motivadora de uma necessidade de mão de obra escravizada no território, consequentemente atraindo os primeiros investimentos capitalistas no espaço, as construções de vias férreas oriundas de capital campista.

Sendo um dos pontos principais deste trabalho enfatizar as estruturas de poder construídas durante o período escravista na região, buscamos destacar o conceito de esquecimento proposital. Ponto que pode ser definido como a manutenção de um poder branco que visa a uma autoexaltação em detrimento de outros setores sociais. Por fim, o direito à memória como um dispositivo que ressignifica e revaloriza a memória de comunidades e grupos excluídos pela sociedade branca, por meio de celebrações e espaços no meio público, para que uma consciência a respeito da memória e da importância de tais grupos seja formada.

Métodos

Tratar da problemática acerca da presença de mão de obra escravizada nas localidades que compõem os atuais municípios da região noroeste fluminense é um grande desafio. Apesar de se tratar de uma porção territorial que fazia parte da Província do Rio de Janeiro, de extrema importância política (sendo a capital do país a cidade do Rio de Janeiro e muitos dos grandes políticos e nobres brasileiros de origem fluminense), assim como econômica (produções cafeeira e açucareira e mercado escravista), muito da intrínseca relação entre a exploração da mão de obra escravizada e a formação econômica, cultural e histórica das cidades que compõem o noroeste fluminense não somente é não examinada, como também esquecida.

Dessa forma, este trabalho propõe-se a investigar as fortes relações a respeito da importância e da existência de populações negras escravizadas na região da então Província do Rio de Janeiro. Em vista disso, o trabalho se divide em pontos principais para uma melhor compreensão do debate apresentado. Primeiramente, ao falar a respeito da presença da memória escravista no noroeste fluminense, retornamos ao período colonial para melhor expor como o processo de expansão da dominação ocorreu no território, analisando o impacto dos aldeamentos e suas conexões com os extermínios dos povos indígenas que habitavam a região e igualmente destacando o início da produção açucareira em Campos dos Goytacazes. Abordamos também as migrações mineiras, mostrando como os primeiros núcleos populacionais, aliados a demandas econômicas, influenciaram o fluxo escravista para o noroeste fluminense.

A partir disso, apresentamos o cultivo do café como elemento que impulsiona a escravização no noroeste fluminense, primeiramente em razão do considerável aumento demográfico na região ocasionado pela migração mineira, na qual os que migram se tornam e reproduzem a estrutura de posse de terra baseada no grande latifúndio e nas propriedades familiares. Nessa linha argumentativa, pensamos igualmente o café como uma consequência das migrações mineiras na região e como o centro de demanda de mão de obra escrava, o qual impulsiona a atração de iniciativas capitalistas no território, figuradas pelas ferrovias de capital campista. Mostramos, desse modo, que, acima de tudo, a escravização negra no noroeste fluminense sustenta as bases iniciais do cultivo cafeeiro e seu sucesso produtivo durante a Primeira República brasileira.

Em continuidade, mesmo evidenciando a existência e a importância da mão de obra escravizada na região, enfatizamos os processos de silenciamento e de pormenorização dessa população através da memória e da história das cidades do Noroeste Fluminense. Para contrapor tal prerrogativa, utilizamos os exemplos das cidades de Itaperuna e Cambuci, a partir do censo de 1872, mencionados pelo trabalho de Rosane Bartholazzi [Carvalho \[2009\]](#), *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social 1897-1950*. Em seu estudo acerca da presença italiana no noroeste fluminense, a autora apresenta Itaperuna e a futura cidade de Varre-Sai com altas concentrações de populações cativas em suas composições demográficas. O trabalho de Gabriel Frazão e Régis de [Almeida \[2020\]](#), *'Da mata bruta' aos montes cobertos por cafeeiros, canaviais e pastagens: traços da História Ambiental de Cambuci e do Noroeste Fluminense [1861-1920]*, aprofunda a presença cafeeira e sua expressiva produção no atual município de Cambuci, durante as últimas décadas do Império do Brasil. Favorecendo a investigação deste trabalho através dos exemplos itaperunense e de Cambuci, podemos perceber a presença de mão de obra escravizada no território, visto que as localidades contemplavam diversas áreas que englobavam e favoreciam a grande produção de café da região.

Por fim, ao discutir a questão a respeito do direito à memória, buscamos por meio de um exemplo de exaltação da comunidade italiana em Bom Jesus do Itabapoana – onde um monumento público foi erigido para tal intento – destacar a manutenção de uma continuidade de uma verdade desejada, sendo essa direcionada em prol de uma branquitude que permanece em diversos setores dos poderes de nossa sociedade, sejam eles a política, a economia ou a cultura. Apresentamos, igualmente, em acordo com o debate levantado acerca da questão racial brasileira [que muito permeia a questão da(s) memória(s)], principalmente autores como Lélia [Gonzalez \[1984\]](#), Cida [Bento \[2022\]](#), Grada [Kilomba \[2019\]](#), Leandro [Missiatto \[2021\]](#), Muniz [Sodré \[2023\]](#) e Fabiana Santos [Dantas \[2008\]](#). Desse modo, ressaltamos a importância de colocar grupos historicamente marginalizados e silenciados, como as populações escravizadas da região, em locais de memória, destacando sua relevância para a atualidade assim como sua importância ao longo da história das cidades dessa região, sendo essa proposta uma das possibilidades de se combater o racismo estrutural tão arraigado na sociedade brasileira, o que não é uma exceção ao caso do noroeste fluminense.

Desenvolvimento

Os antecedentes ao século XIX; o domínio português na região

Apesar de o nosso trabalho se debruçar mais expressivamente sob o século XIX, é válido um retorno ao período de dominação colonial portuguesa na região. Ao observar o forte fluxo populacional para o noroeste fluminense, no século XIX, entendemos que a compreensão dos

limites e dos avanços lusos dominatórios no espaço viabiliza o entendimento de como uma porção territorial tão próxima aos centros de poder político-econômico colonial não esteve sob domínio por tanto tempo e de como isso se relaciona com o cerne de nossa análise.

Nesse sentido, o que compreendemos como o território estadual do Rio de Janeiro atualmente pode ser entendido, pela divisão entre capitanias, como a Capitania de São Vicente, a qual se estendia até as imediações atuais do município de Macaé, e a Capitania de São Tomé, futuramente a Capitania do Paraíba do Sul ou Capitania de Campos dos Goytacazes, que tinha as proporções territoriais do norte e noroeste fluminense e do sul Capixaba¹. Mesmo com a presença [nas regiões analisadas] do domínio direto das possessões hereditárias portuguesas, no século XVII e XVIII, a presença populacional se estendeu a determinados pontos, principalmente à então Vila de São Salvador.

Em vista disso, a importância do processo de aldeamentos se torna fundamental para ampliação da presença senhorial e populacional pelo norte e noroeste fluminense, visando, desse modo, aos processos de enfraquecimento e cooptação da resistência indígena, marcadamente fortes em tais espaços. Vale ressaltar que o processo de aldeamentos que se aplica na região analisada por nosso trabalho pode ser entendido como uma continuidade do modelo aplicado pelos jesuítas desde o início do intento colonial português em solo americano, onde, em vista da resistência dos povos autóctones nesta porção que seria a província do Rio de Janeiro nos tempos imperiais, e, impulsionados pela necessidade de expansão territorial/econômica, os capuchinhos² atuaram: “[...] entre os três elementos que eram a base dessa sociedade; os brancos, os escravos negros e os indígenas” [Barros, 1992, p. 16]. Os aldeamentos foram, assim, empregados para que se pudesse estender e consolidar a cadeia de dominação que sustentava a sociedade colonial de então.

Exemplo disso pode ser observado nas palavras de Maria Regina Almeida [2000], ao argumentar acerca dos aldeamentos que surgiram primeiramente em “Santo Antônio de Guarulhos criada com índios guarulhos reduzidos por capuchinhos franceses [desde 1659] e aldeados pelos italianos em 1672” [Almeida, 2000, p. 73]. Igualmente, podemos destacar o aldeamento ocorrido após isso: “[...] o aforamento de suas terras serviu para financiar a Aldeia de São Fidélis que então se formava com índios Coroados e muitos Guarulhos que voltaram a aldear-se” [Almeida, 2000, p. 74]. Nesse sentido, a necessidade do estabelecimento desses aldeamentos no norte fluminense evidencia como a resistência indígena e as motivações econômicas, já alimentadas pelo aumento do plantel açucareiro em Campos³, implicam em continuar o mecanismo de dominação religioso que viabilizou o controle das populações autóctones, consequentemente ocasionando sua eliminação cultural como povos livres.

Nessa linha de raciocínio, é necessário destacar os processos de estabelecimento de aldeamentos no noroeste fluminense, assim como os povos que se sujeitaram a tal movimento:

¹ Vale destacar o que vem a ser o noroeste fluminense no sentido terminológico dentro dos contextos nos quais iremos nos aprofundar. Nisso, partimos das diversas terminologias empregadas para a região, as quais variam com o tempo, mas que podemos situar, de acordo com Luís Emílio Gomes (2014): “A “Campos dos Goytacazes” a que os relatos e parte da bibliografia, principalmente a do século XIX e início do século XIX, se referiram foi uma região que se estendia dos atuais territórios do Norte e do Noroeste Fluminense, portanto, se estendendo da fronteira norte com os atuais estados de Minas Gerais, e do Espírito Santo e o litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Área posteriormente desmembrada em diversos municípios” [Gomes, 2014, p. 17].

² “Em 1749, ano em que Pombal resolveu expulsar os jesuítas da colônia, as terras ocupadas pelos indígenas a serem catequizados foram entregues a outros missionários entre os quais os capuchinhos que se empenharam na criação de novos aldeamentos da Propaganda Fide” [Barros, 1992, p. 15].

³ “[...] Campos é o antigo centro da cultura da cana irradiando-se dali a colonização do vale [Itaocara, São Fidélis, Itaperuna nos séculos XVIII e XIX]” [Boltshauser, 1959, p. 34 *apud* Barros, 1992, p. 18].

[...] São José de Leonissa da Aldeia da Pedra, às margens do Rio Paraíba na confluência com o rio Pomba, estabeleceu-se para aldear os Puri que, inimigos dos Coroados, não deviam ficar na mesma aldeia. Não obstante, dadas as dificuldades na escolha do local e na submissão dos Puri, eles só se aldearam alguns anos depois em Santo Antonio de Pádua, que instalada na margem meridional do Paraíba, confluência com o rio Pomba, acabou incluindo além dos Puri, seus inimigos Coroados [Almeida, 2000, pp. 77-78].

Dessa forma, graças ao processo de aldeamentos que seguiu o curso do rio Paraíba do Sul, obteve-se uma presença dominatória e populacional na extensão sul da região noroeste fluminense, proporcionando, desde os fins do século XVIII e o início e meio do XIX, a sujeição dos povos indígenas que ali residiam⁴. De forma semelhante, o processo de expansão pelos territórios então sob a presença majoritária dos povos Puri e Coroados ocorre, através dos cursos de rios, pelo lado fluminense, com os rios Itabapoana e Muriaé. E não menos importante, o fluxo migratório oriundo de Minas Gerais, que, por meio dos rios Pomba e Muriaé, alcança a parte interna da região noroeste fluminense. Sendo esses dois fluxos, tanto o mineiro como o fluminense\campista, responsáveis por estabelecer as primeiras povoações e suas conexões com a escravização, as quais analisaremos melhor adiante no texto.

Ao observarmos as primeiras tentativas de ocupação e expansão territorial pelo norte e noroeste do que seria a província do Rio de Janeiro, durante o Império do Brasil [1822-1889], é perceptível uma estrutura forte de cunho dominatório. Nisso, é interessante destacarmos o empreendimento dos aldeamentos levantados pelas ordens religiosas católicas na região. Além do evidente cunho religioso, o estímulo à evangelização dos povos originários, é marcante a utilização da agricultura como igual instrumento de dominação dos povos que ali viviam e das terras as quais almejavam. Tal relação da terra como importante instrumento de dominação dos corpos e do espaço faz-se, também, neste contexto inicial [séculos XVI a XVIII], de uma estruturação das bases do pertencimento ao território pela propriedade privada. Ou seja, a terra e sua posse, já neste recorte, são sistematicamente acumuladas em posse de determinados indivíduos e suas famílias, constituindo a posse e o uso das novas terras como um direito exclusivo das famílias brancas portuguesas.

Para a valorização econômica do território e seu respectivo povoamento, a opção inicial recaiu na agricultura da cana e no fabrico do açúcar, produto de alto valor no comércio europeu. Para atrair colonos, doaram-se sesmarias: apreciáveis extensões de terras que deveriam ser cultivadas por aqueles que as recebessem. É esta a origem dos latifúndios, as propriedades nas quais se assentaram as bases da economia, da sociedade e do poder local [Rahy, 1999, p. 37-38].

A partir do que Ione Salomão Rahy [1999] argumenta, as primeiras tratativas com a prática agropecuária nos aldeamentos, constituíram, assim, as bases de uma estrutura que se formaria em torno não apenas da exploração da terra, mas também de seu acúmulo. Tendo isso como pressuposto, e nos direcionando ao nosso recorte espacial e temporal, durante os séculos XVI e XVII: “Em Campos dos Goytacazes, além de bovinos, e visando ao abastecimento da região da Guanabara, também se criavam eqüinos” [Rahy, 1999, p. 41]. Levando em consideração os argumentos de Ione Rahy [1999], inicialmente a pecuária é a marca produtiva da espacialidade da Vila de São Salvador. Segundo a mesma autora:

⁴ “Os Coroados se localizavam no norte do Estado do Rio de Janeiro e se estendiam por partes do Espírito Santo e Minas Gerais, principalmente nos vales do Rio Preto, Muriaé e Paraíba. Aldeados em 1776 pelos capuchinhos encontravam-se no baixo curso do Paraíba. Os Coropó são referidos como grupos antigos que se miscigenavam com os Goitacá, dando origem a um grupo de Coroados que se localizava na região do rio Pomba, em Minas Gerais” [Barros, 1992, p. 24].

Tais atividades foram aí praticadas até meados do século XVIII, quando os canaviais substituíram o criatório, espalhando-se pelas aluviões argilosas, tanto da margem direita do Rio Paraíba do Sul [entre o rio e a Lagoa Feia], quanto da sua margem esquerda [entre o rio e a Lagoa do Campello] e do baixo curso do Rio Muriaé. Surgia a "zona nova" do açúcar, caracterizada, ao contrário da zona guanabarina, por pequenas propriedades, que seriam, no século seguinte, absorvidas pelas usinas [...] (Rahy, 1999, p. 41).

É fortuito observar que tanto o criatório bovino e equino durante os séculos XVI e XVII quanto a forte produção açucareira iniciada no século XVIII estão atrelados à expansão da estrutura de dominação colonial portuguesa, à exploração e à concentração de terras nas mãos de famílias determinadas e à utilização de mão de obra negra escravizada. Neste caminho, é, junto à boa produção e à demanda europeia, que o açúcar consolida a fundação da estrutura colonial dominadora [terra, propriedade e produção] nos territórios da Vila de São Salvador já no século XVII⁵. A partir dessa estrutura de exploração da terra, é válido considerarmos que o processo de expansão dos poderes coloniais portugueses no noroeste fluminense, embora esteja em uma ótica gradual, encontra-se em uma escala conectiva.

Ao falarmos em uma escala gradual e conectiva, entendemos que, mesmo que de forma lenta, os processos coloniais, desde os aldeamentos, a pecuária campista e o cultivo da cana-de-açúcar, estiveram em total presença no desenrolar do povoamento do noroeste fluminense no século XIX. O próprio êxito do cultivo açucareiro na região campista e a consequente concentração de terras e do volume produtivo nas mãos dos donos de engenho e das usinas, durante o século XIX, está relacionado a um fluxo migratório de pequenos proprietários de terra campistas, expulsos de suas terras, para o noroeste fluminense. "[...] decorrendo daí o deslocamento dos pequenos proprietários para, principalmente, a região de Itaperuna, onde se plantaria café" (Rahy, 1999, p. 41).

Aliada ao fluxo migratório mineiro para o território no mesmo período, a própria mudança contextual com a independência brasileira em 1822 viabilizou uma restrição cada vez maior das populações indígenas ainda residentes na espacialidade. O que não podemos esquecer é a continuidade da estrutura dominatória colonial, a qual – mesmo com a troca do agente central de comando, [Portugal para o Brasil] – mantinha a expansão de terras, o cultivo de monoculturas com grande demanda em produção [o café] e, acima de tudo, a exploração e a utilização de mão de obra escravizada negra em sustentação à continuidade de tal empreendimento, o que buscaremos melhor detalhar no próximo item deste trabalho.

O papel da produção de café no noroeste fluminense e sua relação com o escravismo

Observar os impactos que a produção cafeeira ocasionou na região estudada por este trabalho é ir na contramão do momento que a província fluminense enfrentava. A produção cafeeira fluminense durante o Império do Brasil foi de grande importância para a sustentação de pilares da sociedade da Província do Rio de Janeiro de então, sendo os campos político, econômico e social, em estreitas conexões, demonstrados por meio dos poderes políticos dos nobres ligados à produção cafeeira, os chamados barões do café. Mesmo com as heterogeneidades econômicas apresentadas na Província, a capital e sua forte conexão com o mercado escravista, o Sul e o Vale do Paraíba e sua pujante produção de café, ou mesmo o norte fluminense e sua forte produção açucareira em Campos dos Goytacazes, uma parte da porção territorial não aparece.

⁵ "A partir de Cabo Frio, procedeu-se ao desbravamento da área de Campos dos Goytacazes, que se transformou em mais um importante centro dispersor de povoamento, subindo o Rio Paraíba do Sul e seus afluentes" (Rahy, 1999, p. 38).

A partir da segunda metade do século XIX, o Vale do Paraíba enfrentou um momento de forte declínio da produção cafeeira, muito motivado pelo desgaste dos solos da região, exauridos pelo plantio intensivo ao longo das décadas⁶. De tal forma, a expansão produtiva do grão para o Oeste Paulista e sua consequente superprodução a partir de 1850, até seu auge na década de 1880⁷, e igualmente o destaque da produção da zona mineira colocam a já decadente eficiência cafeeira fluminense em uma posição de não liderança. Todavia, é no noroeste da Província do Rio de Janeiro, mais propriamente a partir da década de 1870, que ocorreu um aumento da área plantada de café. “Na mesma conjuntura, a rubiácea atingiu Itaperuna e seus arredores, que começaram a se destacar como grandes produtoras da Província Fluminense” (Frazão; Almeida, 2020, p. 18). É nesse momento que se sucederam as “derrubadas” de áreas de mata atlântica, viabilizando o cultivo na região e impulsionando um progressivo aumento populacional a partir das localidades que daí se originaram. Além disso, podemos destacar como fator decisivo para o início e consequente avanço populacional e agrícola no noroeste fluminense o incentivo legal da posse de terra, tanto com a importante força migratória de Minas Gerais para o território quanto com o papel de Campos dos Goytacazes no espaço, como muito bem destaca Artur Rodrigues Júnior no trecho:

Devido à Lei Provincial n. 56 de 10 de maio de 1840, que incentivava o estabelecimento de colônias agrícolas em áreas ainda não desenvolvidas da província limitando a dimensão da sesmaria, são feitas sucessivas ocupações e divisões a partir da transferência de posse da terra de José de Lannes para seus familiares e colaboradores: seus irmãos, Antônio e Francisco, receberão parte das terras à margem esquerda do rio Carangola onde surgirão as fazendas Bom Sucesso, Boa Esperança e Conceição; José Ferreira César receberá a porção correspondente à freguesia de Nossa Senhora da Laje 10 [1834]; um tropeiro chamado Bambuí receberá terras entre a fazenda Porto Alegre e a cidade de Campos dos Goytacazes onde construirá uma fazenda de mesmo nome [1833]; o Tenente Coronel Geraldo Rodrigues de Aguiar fundará a fazenda Cubatão, próximo à cachoeira de mesmo nome (Pereira Júnior, 2015, p. 37-38).

Essa expressividade no aumento populacional pode ser observada por meio de exemplos como Itaperuna: “A ocupação do sertão ocorrerá a partir de 1831 com a migração, de Viçosa, do mineiro José de Lannes Dantas Brandão com sua esposa, para a região de Itaperuna onde inicia a ocupação de uma área nomeada por ele como Conceição, com posse legalizada a partir de 1833, onde edifica uma fazenda de grandes proporções, a Fazenda Porto Alegre” (Pereira Junior, 2015, p. 37). A situação do aumento populacional itaperunense, igualmente, pode ser entendida por meio das localidades então distritos de Itaperuna, que contribuem para tal proporção expressiva. Como exemplo temos o caso de Bom Jesus do Itabapoana com a presença de colonos mineiros, sendo os mais notáveis José da Silva Neném e a família Campos, exemplos do início populacional da então Freguesia do Senhor Bom Jesus de origem mineira. Outras áreas da região noroeste do estado do Rio de Janeiro também apresentam um aumento populacional desde o censo de 1872 até o ano de 1920, como atestam Gabriel Frazão e Régis de Almeida⁸ (2020).

⁶ “No Rio de Janeiro, o café se desenvolveu ao mesmo tempo nas porções orientais e ocidentais do Vale do Paraíba. Na porção oriental, o produto chegou ao seu momento de maior esplendor entre as décadas de 1870 e 1880. No entanto, se a produção naquele momento ainda era pujante, a capacidade de expansão se tornava diminuta, por conta do esgotamento das áreas de mata nas propriedades rurais” (Frazão; Almeida, 2020, p. 18).

⁷ “Em 1883, a produção de São Paulo se igualou à do Rio pela primeira vez; três anos mais tarde, após dez anos de crescimento, ultrapassou a do Rio. O Porto do Rio de Janeiro perdeu sua liderança para o Porto de Santos como o principal porto exportador e do total do comércio exterior, passando para o segundo lugar. O porto carioca também perdeu exportações com a migração das plantações para São Paulo, e com o desvio de exportações pelas ferrovias que ligavam o interior de Minas Gerais” (Pereira, 2005, p. 5).

⁸ É digno de nota destacar os próprios apontamentos acerca do aumento populacional destacados por Frazão e Almeida: “É importante uma explicação metodológica. Em 1872, os dados do Censo foram coletados por freguesias, a saber: Senhor Bom Jesus de Monte Verde (Cambuci); São José de

Ao se observar individualmente os municípios, verifica-se que, no mesmo período, as unidades administrativas que mais cresceram, em termos populacionais, foram justamente, e respectivamente, os maiores produtores de café do estado, a saber: Itaperuna [1408%], Santo Antônio de Pádua [557%] e Cambuci [417%]. Este último, em 1900 e 1920, possuía, respectivamente, a 13ª e 14ª maior população fluminense. O NOF, que, em 1890, representava 6% da população do ERJ, saltou para 14% em 1920 [Frazão; Almeida, 2020, p. 12].

Mesmo com os trabalhos de Artur Rodrigues Júnior [2015] e de Gabriel Frazão e Régis de Almeida [2020] sobre a ocupação populacional do território noroeste fluminense, acreditamos que ainda há uma limitação significativa na captação de dados capazes de evidenciar, de forma factual, a real situação populacional e econômica da região nesse contexto histórico. Frazão e Almeida [2020] apontam essa dificuldade, destacando que o único censo a registrar tais informações dentro do recorte temporal de nossa investigação [1870 a 1888] foi o de 1872 — fonte que também utilizamos em nosso trabalho. Vale enfatizar, contudo, que a espacialidade aqui abordada não se concentra nos aspectos econômicos, demográficos ou históricos, mas sobretudo nos sociais.

Ao levantarmos essa proposta neste trabalho, não pretendemos e não é nosso intuito nos debruçar em uma análise demasiadamente economicista e geográfica. Entendemos a importância crucial desses campos investigativos e nos utilizaremos deles. Defendemos, porém, a relevância dos estudos históricos relacionados à memória das populações negras escravizadas em um recorte espacial onde pouca ou quase nenhuma visibilidade acadêmica é dada a tal problema. Ressaltamos que a ausência de materiais de cunho acadêmico sobre tal população evidencia um vazio do qual nos valem, pois este nos mostra a quais tipos de invisibilização tais grupos foram e ainda estão sujeitos “com o apagamento social da presença física e simbólica das diferenças dentro da literatura, das ciências, da filosofia, dos espaços de produção das linguagens, da lei e da justiça, das artes, da política, enfim, das zonas de prestígio e poder social [...]” [Missiatto, 2021, p. 256]. Estatísticas, gráficos, tabelas e números não fazem a factualidade de um trabalho histórico e não pormenorizam e factualizam a existência de populações negras escravizadas no noroeste fluminense⁹.

A viabilização da posse de terra tornou possível a existência de dois sistemas de ocupação diferentes, os grandes latifúndios¹⁰ e as pequenas propriedades familiares. Estas, ao contrário do cenário do oeste paulista ou da região serrana fluminense, não possuíam uma expressiva presença imigrante de origem europeia durante as décadas finais do império. O início do povoamento e do controle de terras na região caracterizou-se como uma extensão do *modus operandi* da estrutura colonial portuguesa de ocupação do espaço: “Neste momento o latifúndio, característico do período colonial, se replica como modelo de ocupação e dominação, dando prosseguimento ao processo de ruralização do Brasil e no fortalecimento político da elite rural” [Pereira Júnior, 2015, p. 40], o que reitera o nosso argumento da continuidade e aplicação de mão de obra escravizada nas localidades rurais e urbanas que se originaram no contexto.

Leonissa [Itaocara]; Santo Antônio de Pádua; e Nossa Senhora da Piedade da Laje [Itaperuna]; todas elas pertencentes ao município de São Fidélis. Em 1890, a metodologia de coleta se manteve, porém, desta vez, alterando-se a configuração territorial, com Itaocara, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua sendo municípios independentes, mas Senhor Bom Jesus de Monte Verde (Cambuci) pertencendo a São Fidélis. Por essa razão, a população total de São Fidélis, em 1872 e 1890, desconsidera as freguesias supracitadas, respectivamente” [Frazão; Almeida, 2020, p. 12].

⁹ “Banidos dos circuitos acadêmicos, dos espaços políticos, das gerências empresariais e sendo constantemente tensionados às margens das sociedades, as memórias do povo ameríndio e negro foram varridas do imaginário coletivo das sociedades modernas, restando tão somente os discursos depreciativos produzidos pela branquitude hegemônica” [Missiatto, 2021, p. 258].

¹⁰ “A implantação das fazendas obedecerá ao locacionismo colonial, com a proximidade dos cursos de água e terrenos planos, favorecendo a instalação de moinhos hidráulicos, a irrigação, sistemas de circulação e comunicação, além do surgimento de ocupações” [Pereira Júnior, 2015, p. 40].

Todavia, a investigação sustentada por Gabriel Frazão e Régis de Almeida [2020] nos elucida um importante ponto entre a relação escravista e os impulsionamentos econômicos e populacionais ao fim do Império do Brasil. Se observarmos a tabela em que os autores (mesmo ao darem maior atenção ao caso de Cambuci) apresentam um expressivo aumento populacional em diversos territórios do noroeste fluminense, podemos constatar o auge desse aumento no número de pessoas nos municípios ocorrendo após o fim da monarquia e, acima de tudo, nas primeiras décadas do século XXI. Ou seja: “[...] a população do NOF, entre 1872 e 1920, cresceu vertiginosamente, 448%, enquanto no ERJ foi de 99%. Isso deixa em evidência o quão a atividade cafeeira impactou a região” [Frazão; Almeida, 2020, p. 12]. Essa progressão populacional acompanhou a mesma progressão da produção cafeeira, a qual tem seu destaque em um momento de não utilização da mão de obra escravizada e da presença de força de trabalho imigrante na região.

Os quase trinta anos entre o censo de 1872 e o fim da escravidão em 1888 e do Império brasileiro em 1889 podem ser entendidos como o momento de início dessa progressão produtiva do café e do aumento populacional no território do noroeste fluminense. Ainda que inicial, a expressividade da produção cafeeira nos últimos anos do Brasil Império pode ser observada nas iniciativas de ligação das localidades da região com os centros urbanos relevantes da Província, não apenas com a capital Rio de Janeiro e seu porto, mas também com Macaé e Campos dos Goytacazes. Via-se, a partir dessa última cidade, o território do noroeste fluminense como um caminho de conexão entre a região de Muriaé e o litoral norte da Província do Rio de Janeiro.

Via-se, igualmente, em incremento a esses movimentos de conexão com o “interior”, figurado no noroeste fluminense, a forte rede hidroviária da região. Os exemplos de tais conexões são as construções de estradas de ferro, as quais atravessavam o noroeste fluminense em duas partes. Esse movimento de conexão entre o território do noroeste fluminense e Campos pode ser observado em uma perspectiva de ligação entre partes da Zona da Mata Mineira e o litoral fluminense. Tais áreas já desempenhavam relevância na produção agropecuária da então Província das Minas Gerais. Havia ainda a ligação entre zonas urbanas ascendentes banhadas por importantes bacias hidrográficas, como as dos rios Paraíba do Sul, Pomba, Muriaé, Carangola e mesmo do rio Itabapoana, na tríplice divisa provincial entre Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

O início da preponderância cafeeira na região noroeste fluminense, ao fim dos últimos anos do Império do Brasil devem ser observados como um incremento de grande relevância a essa empreitada de conexões entre diferentes porções territoriais inter e entre províncias. O ponto central de nosso argumento se concentra no papel e na construção das linhas ferroviárias, sendo a Estrada de Ferro Santo Antônio de Pádua [1880], a qual se iniciava em São Fidélis [antiga Luca] passando pela expoente região produtora de café da Freguesia de Bom Jesus do Monte Verde [atual Cambuci] e as áreas banhadas pelos Rio Paraíba do Sul e Rio Pomba responsáveis pelo trajeto da porção sul. A Estrada de Ferro Campos-Carangola [1886]¹¹, trecho banhado pelo Rio Muriaé e pelo Rio Carangola, era a responsável por atravessar o noroeste fluminense ao meio, conectando a região de Muriaé e Carangola em Minas Gerais. Dos dois trajetos ferroviários citados, optamos pelas situações econômicas de duas

¹¹ No caso da Campos-Carangola, podemos compreender a rede de interesses partida de Campos dos Goytacazes, na pessoa do Comendador Cardoso Moreira, seus interesses e posses territoriais em Itaperuna e igualmente os interesses econômicos em Muriaé. Artur Rodrigues Júnior melhor comenta sobre a relevância do comendador no trecho: “A influência política e os interesses econômicos do Comendador Cardoso Moreira serão decisivos para a realização do processo de emancipação de Itaperuna: primeiro como proprietário de terras recém-adquiridas na nova sede [1878] e depois como principal acionista da Estrada de Ferro Campos-Carangola junto com o Dr. Francisco Portela cuja importância será esclarecida mais adiante” [Pereira Júnior, 2015, p. 43].

localidades cortadas pela malha ferroviária: a Freguesia de Bom Jesus do Monte Verde (Cambuci) e a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Laje (Itaperuna)¹².

De tal forma, os casos de Itaperuna e Cambuci podem ser bem úteis ao nosso trabalho, ao demonstrar primeiramente a preponderância populacional oriunda de Minas Gerais no noroeste fluminense, o interesse econômico campista em uma conexão com o interior da região e com Minas Gerais e a continuidade dos sistemas de posse de terras, figurados nas grandes fazendas e sua intrínseca conexão com o trabalho escravizado na produção cafeeira e sua consequente alta escala produtiva. De igual modo, nos valem da situação econômica de Itaperuna e Cambuci, devido a uma maior disponibilidade de dados acerca do que pretendemos traçar: o início da produção cafeeira no noroeste fluminense e a utilização de trabalho escravizado para finalidades rurais e urbanas. É graças a essa junção de fatores existentes no caso de Itaperuna que podemos observar seu latente desenvolvimento nos anos finais do Império do Brasil e, grandemente, por todo o período da Primeira República Brasileira (1889-1930). Igualmente, a situação apresentada no caso de Cambuci durante os últimos anos do Brasil Império nos permite elucidar os objetivos pretendidos neste trabalho. O que pode ser atestado pelos argumentos de Gabriel Frazão e Régis de Almeida:

[...] em um período de cerca de vinte anos, eles saltaram de quarenta e seis para cento e noventa e três. Esse recrudescimento é ainda mais expressivo, levando em conta a alteração na metodologia do jornal, identificada a partir de 1875. Se até aquele momento o anuário enumerava todos os cultivadores da rubiácea, a partir de então, passou a informar aos seus leitores a listagem dos maiores produtores – entre 4 a 15 mil arrobas anuais – alegando existirem muitos outros, cerca de trezentos a quatrocentos. Outro dado que ressalta o crescimento produtivo é a publicação considerar, após 1883, que os pequenos proprietários não listados já produziam cerca de 20 mil arrobas/ano [Frazão; Almeida, 2020, p. 18].

Assim, por meio desses exemplos, é possível observar, dentro do espaço do noroeste fluminense, um pulsante desenvolvimento inicial da área plantada e da produção cafeeira nos anos finais do Império do Brasil, sendo igualmente perceptível a relevância produtiva cafeeira dessa porção territorial através do conjunto de interesses econômicos, evidenciados pelas construções das estradas de ferro. Ainda assim, dever ao fluxo do café todo o protagonismo econômico da região não seria suficiente para compreender as dimensões da utilização de mão de obra escravizada no espaço. As próprias construções das linhas de ferro, a produção pecuária, as edificações, sejam urbanas ou rurais, assim como no restante da província e no país como um todo, muito se valeram do trabalho escravizado.

Um esquecimento intencional?

A formação das localidades que darão origem aos municípios que compõem a região noroeste fluminense, conforme já destacado anteriormente no texto, se dá, a princípio, entre as décadas de 1830, 1840 e 1850, com os registros dos primeiros colonizadores ou posseiros oriundos da Província das Minas Gerais. As divisões da terra, as formações de povoados e as

¹² “A partir da década de 1870, iniciam-se as discussões em torno do processo de emancipação de Itaperuna, como desdobramento da independência econômica adquirida em relação à Campos, e impulsionado pelo plano de integração nacional a partir da criação de uma rede de cidades. O movimento tem sua discussão em Laje de Muriaé, por sua importância política e pelo interesse local em se desvincular de Santo Antônio de Pádua e ser incorporado pelo território de Itaperuna, movida pela identificação produtiva e econômica com a atividade cafeeira itaperunense” [Pereira Júnior, 2015, p. 43].

primeiras emancipações ocorrem a partir da década de 1850 até o fim do período imperial brasileiro. Contudo, além de uma marcante presença migrante mineira em seus primeiros habitantes e a larga produção cafeeira, uma marca expressiva do noroeste fluminense é a presença significativa de mão de obra escravizada, majoritariamente nas grandes propriedades rurais cafeeiras, mesmo que erroneamente se diga que, a partir da lei de proibição do tráfico interatlântico em 1850, juntamente com leis pouco ou nada efetivas durante as décadas de 1860 e 1870, a escravidão tenha entrado em declínio. Entretanto, é a partir da proibição do tráfico interatlântico que se tem o início do tráfico interprovincial, o qual foi motivado principalmente pela forte demanda de mão de obra do plantel de café paulista no contexto¹³. A preponderância cafeeira na economia brasileira – mesmo com a lei da proibição do tráfico ilegal transatlântico de africanos escravizados em 1850 – continua em um crescimento de produção e exportação, fomentando o tráfico interno de escravizados para as regiões produtoras do grão [Fragoso, 1996, p. 147]. Isso impulsionou um fluxo de comércio de escravizados vindos de províncias do nordeste [principalmente Pernambuco] rumo ao sudeste, pois, mesmo com a proibição externa do comércio escravista, não houve igual medida em âmbito nacional, alimentando a demanda sudestina de então.

É nesse contexto que a formação dos circuitos populacional e econômico do noroeste fluminense tem seu desenvolvimento inicial, muito movimentado em razão da continuidade do sistema de posse de terra baseado em grandes propriedades concentradas nas mãos de elites rurais, embora não se possa ignorar a presença dos proprietários familiares e suas produções. Todavia, é intrínseca a relação entre a formação inicial da produção cafeeira no noroeste fluminense com a utilização de mão de obra escravizada, sendo esta, com grande possibilidade, oriunda do tráfico interno, o qual abasteceu a crescente demanda da região. Rosane Bartholazzi Carvalho apresenta um trecho das cartas escritas pelo francês Alexandre Brethel [acervos familiares de Yves Tanneau e Dário Campos], o qual residia na região de Itaperuna, em que o francês relata a existência de um fluxo de escravizados vindos do Nordeste:

Ontem, um mercador de escravos me pediu pousada. Levantou quatro barracas no terreiro. Veio da Bahia. Trouxe cinquenta escravos, entre homens e mulheres, além de trinta mulas e cavalos com bagagem. Esta caravana já percorreu mais de trezentas léguas, e só vai parar quando vender o último dos homens [Tanneau; Campos, 1972, p. 60 *apud* Carvalho, 2009, p. 117].

A fonte utilizada por Rosane Bartholazzi nos clarifica como a circulação e o comércio de pessoas negras escravizadas se constituíam na região. Novamente, nos valem da situação itaperunense para observarmos as dinâmicas comerciais envolvidas na venda e na compra de pessoas. Sabemos, e reafirmamos este ponto, que a carência de dados, principalmente fontes acerca do assunto, é grande, por isso, exemplos como o contexto, os dados e as fontes levantadas no caso de Itaperuna por Bartholazzi Carvalho [2009] e o exemplo de Cambuci, realizado por Frazão e Almeida [2020], são de extrema importância para a constatação da circulação, do comércio e da utilização de mão de obra negra escravizada no território do noroeste fluminense. Ainda acerca dos números levantados em Itaperuna, os dados trazidos por Rosane Bartholazzi reforçam a existência de populações negras escravizadas na região noroeste fluminense.

¹³ “No Sudeste, em função da cafeicultura e de outras agriculturas mercantis, há um reforço da escravidão no período pós-1850. Para isto, essas regiões se valem do tráfico inter e intraprovincial, além dos tradicionais mecanismos de diferenciação econômica, entre eles o “tráfico interclasses” [em que os senhores mais pobres perdem seus escravos para os mais ricos]. Calcula-se que, no Rio de Janeiro e São Paulo, ainda em 1872, o contingente cativo correspondia respectivamente a 21,59% e 46,20% da força de trabalho daquelas províncias” [Fragoso, 1996, p. 147].

[...] o número de escravos existentes na região, no último quartel do século XIX [...], se comparado à população livre, era significativo. Segundo o censo de 1872, na Província do Rio de Janeiro, a Paróquia de Nossa Senhora de Natividade do Carangola [atual Itaperuna] tinha uma população livre de 3.803 entre homens e mulheres. A população escrava, na soma geral, era de 1.832. Já na Paróquia de São Sebastião do Varre-Sai, de um total de 3.554 habitantes, 1.054 eram escravos [Carvalho, 2009, p. 117].

A respeito da Freguesia de Bom Jesus do Monte Verde [Cambuci], a presença e a utilização do trabalho escravizado negro nos plantéis de café, atendendo à forte demanda produtiva da localidade, são constatadas nos dados levantados pelo *Almanak Laemert*¹⁴: “A atividade agrícola, ainda em expansão, justificava a existência, em 1872, de mais de dois mil escravos na localidade, o que representava 33% da população da freguesia” [Frazão; Almeida, 2020, p. 19]. Todavia, levantar séries e tendências ao crescimento ou decaimento do número de pessoas escravizadas na região não se faz de maneira viável, visto que a carência específica dos números populacionais de cada localidade, levantando a proporção de escravizados em cada um desses, não se faz possível por sua evidente inexistência.

Novamente, estamos falando de uma espacialidade em formação, em povoação, em um recorte temporal o qual carecia de métodos e instrumentos e principalmente de iniciativas de levantamento populacional. Igualmente, as poucas fontes existentes não se debruçam de maneira ampla sobre a região noroeste fluminense, restringindo-se a determinados espaços, o que não as pormenoriza na articulação de contextos específicos a recortes maiores, como a região noroeste fluminense. Acima de tudo, se preconizamos uma análise estatística [caso ela exista] sob uma análise das fontes [a qual este trabalho se propõe a realizar], não estaremos fazendo um trabalho voltado à história e à memória, mas somente ao que os dados e os números podem ou não fixar como evidências.

Ainda assim, pouco se mencionam ou não se apresentam menções de fato ao papel das populações escravizadas na constituição histórica dos municípios do noroeste fluminense¹⁵, talvez por uma suposta inferioridade da população escravizada em comparação a outras cidades da então província fluminense – a região de Campos dos Goytacazes, Macaé e a capital Rio de Janeiro, por exemplo – o que é evidentemente errado, ou, a um empenho das elites locais, acompanha a prática eugenista e positivista de então, de assegurar uma “história branca”¹⁶, “[...] a existência de uma memória coletiva escravista, necessária à manutenção de uma hierarquia nas interações sociais, que não deixa de evocar um sistema inconfessável de classificação humana” [Sodré, 2023, p. 51].

Em vista disso, vale um aprofundamento do que se constitui uma “história branca”. Podemos utilizar tal conceito em sintonia com a situação da formação histórica das cidades do noroeste fluminense, pois a base, a estrutura desses espaços urbanos, volta o seu passado a uma fundação originada a partir da ação do colono\posseiro branco oriundo da Província de Minas Gerais, que, na região, fixou-se e expandiu suas ações por meio da grande propriedade rural ou da propriedade familiar. É também perceptível a valorização do papel do imigrante

¹⁴ De acordo com Gabriel Frazão e Régis de Almeida, “Metodologicamente, a pesquisa se deu sobre os anos de 1861 a 1888, os anos em que foram encontradas informações sobre a Freguesia de Bom Jesus do Monte Verde” [Frazão; Almeida, 2020, p. 19].

¹⁵ “[...] porque o negro é isso que a lógica da dominação tenta [e consegue muitas vezes, nós o sabemos] domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados [*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos]” [Gonzalez, 1984, p. 225].

¹⁶ Termo baseado a partir dos argumentos levantados por Cida Bento, ao apontar que: “Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro” [Bento, 2002, p. 1].

européu nesses espaços, sejam eles rurais ou urbanos. A presença, o destaque e a construção de um pertencimento histórico-cultural a esses grupos vindos da Europa ao fim do século XIX¹⁷, já no período republicano brasileiro, é evidente em diversos municípios do noroeste fluminense.

É factual a forte presença cultural imigrante nas cidades do noroeste fluminense, principalmente italianos e portugueses [em maioria açorianos] e mesmo cristãos do Oriente Médio, libaneses, em grande medida no final do século XIX e início do XX, principalmente nas futuras cidades de Bom Jesus do Itabapoana e Italva. A presença portuguesa pode ser mais percebida novamente em Bom Jesus do Itabapoana e em Itaperuna. Por fim, a presença italiana se evidencia mais já no século XX, novamente em território bonjesuense e, em grande relevância, em Varre-Sai. “Itaperuna, dentre os quarenta municípios que constituíam o Estado do Rio de Janeiro, foi o segundo que recebeu mais imigrantes italianos, um total de 1.025, depois de Petrópolis com 1.554” [Carvalho, 2009, p. 123].

Ainda assim, não é objetivo deste trabalho minimizar a relevância da presença europeia imigrante nos espaços urbanos-rurais do noroeste fluminense, mas, sobretudo, contextualizar sua presença em um momento pós-abolição da escravatura. Destacamos, dessa forma, que, mesmo com inserções ou utilizações de trabalhadores assalariados nas fazendas da região ainda durante os anos finais do Império do Brasil¹⁸, o papel do trabalho vindo da mão de obra negra escravizada teve uma crucial função em estabelecer as bases da economia cafeeira que atingiria seu auge durante as primeiras décadas do século XX. De igual forma, a importância dos trabalhadores escravizados livres após 1888 e seus descendentes está contida nos âmbitos cultural e religioso desses espaços, o que dificilmente gráficos e tabelas poderiam estabelecer como veracidade ou não, como pontua Leandro Missiatto: “O apagamento dessas histórias ancestrais é complexo, não sendo tarefa fácil mapear as muitas estratégias que vêm sendo, ao longo dos séculos, usadas pelos grupos hegemônicos para deportar ao desaparecimento os símbolos e saberes do povo negro” [Missiatto, 2021, p. 255].

A elevação do papel do homem branco de diversas origens ao status de responsável pela edificação econômica, social, cultural, política e histórica das cidades do noroeste fluminense confirma o papel das estruturas de poder de continuar a manutenção de seus privilégios, sendo toda essa estrutura, ramificada em diversos ramos de poder, relacionada a um arranjo essencialmente racista. Valendo-nos da noção de consciência levantada por Lélia Gonzalez [1984], podemos constatar: “Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente” [Gonzalez, 1984, p. 226].

Assim, a intencionalidade de um esquecimento, a pergunta que abre esta seção do trabalho, parece-nos pertinente, pois, buscar o levantamento da existência de populações escravizadas na região noroeste fluminense é muito em razão dos mecanismos que funcionaram, e ainda vigoram, a fim de propiciar um esquecimento da existência de tais populações. Novamente, o pensamento de Lélia Gonzalez [1984] ressalta como a consciência

¹⁷ Novamente, a situação de Itaperuna, no contexto abrangendo as futuras cidades de Natividade, Laje do Muriaé e Bom Jesus do Itabapoana, nos proporciona as dimensões da presença europeia no espaço durante a Primeira República, como muito bem destaca Rosane Bartolazzi no trecho: “Do total dos estrangeiros imigrados no município, 52% eram de origem italiana, contra 0,5% de alemães, 15,3% de espanhóis e 31,5% de portugueses” [Carvalho, 2009, p. 124].

¹⁸ A respeito disso, a situação da Fazenda Himalaya, parte do complexo de grandes propriedades de terra do município de Itaperuna, melhor nos explica: “Sobre a forma como se deu a transição do trabalho escravo para assalariado na Fazenda Monte Himalaya, é possível encontrar algumas pistas em jornais da época. O sistema de parceria aparentemente já existia na fazenda desde a década de 1870, conforme se depreende o anúncio do próprio Jacinto Antonio de Azevedo, que afirma haver, em sua propriedade, excelentes áreas para se formar “colônia pelo systema de parceria [a que seu dono se destinava]” [Bastos; Catharina, 2019, p. 7].

ideológica opera na formação de um discurso hegemonicamente racista, o que muito se atrela à problemática que estamos levantando neste trabalho: “Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante [ou efeitos desse discurso], numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como verdade” [Gonzalez, 1984, p. 226].

Ainda assim, as amarras academicistas muito atreladas a mecanismos hegemônicos de uma “história branca” exigem a amostragem de dados, resultados e números que atestem a problemática deste trabalho. Ora, se estamos falando de um esquecimento intencional, mediante o qual comunidades europeias foram e são ressaltadas em lugar das populações negras escravizadas, de seu trabalho a suas memórias e cultura, como podemos exigir uma factualidade absoluta de dados, números e resultados que comprovam um processo de invisibilização?

O direito à memória

Ao chegar a este ponto do trabalho, pudemos observar a factualidade de uma construção histórica baseada em um poder racial o qual alicerça outros, tais como economia, política e cultura. Do mesmo modo, dados os seus impactos sobre o apagamento da memória dos grupos oprimidos bem como das populações escravizadas no noroeste fluminense, é neste último ponto que nos aprofundaremos com mais atenção em sequência. A partir dessa necessidade emergente, pensamos a constituição de uma memória coletiva. Apesar disso, sabemos que este trabalho não se constitui um dispositivo de formação a potencialização e ressignificação desse grupo, pois acreditamos que tais maneiras se fazem de formas maiores e mais potentes. Contudo, ao trabalharmos pontos como a invisibilidade e o direito à memória dessa população, sustentamos este texto como um instrumento a tais propósitos potencializantes.

Pois “[...] a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” [Gonzalez, 1984, p. 226]. Partindo do ponto levantado por Lélia Gonzalez [1984] sobre as consequências de uma “história hegemônica branca” na memória das comunidades afetadas, entendemos que sustentar a existência sistêmica de um processo de invisibilização de pessoas negras escravizadas e de seus descendentes na região noroeste fluminense, bem como defender a importância do direito à memória como instrumento de potência, implica reconhecer os não saberes hegemônicos — como as tradições orais, as expressões religiosas e culturais e os espaços significativos do passado desse grupo — como mecanismos de resistência e enfrentamento a uma verdade historicamente oficializada que ainda se sustenta como uma ficção histórico-racial. Nesse sentido, é válido tensionarmos e aprofundarmos dois pontos desta parte de nosso trabalho: para quais tipos de memória estamos trabalhando e como se constituir um direito à memória.

Ao pontuarmos essas duas problemáticas nesta parte do texto, buscamos diálogos com autores como a própria Lélia Gonzalez [1984] e Cida Bento [2022], igualmente com Grada Kilomba [2019], Leandro Missiatto [2021], Muniz Sodré [2023] e Fabiana Santos Dantas [2008]. A inserção e o debate defendido por esses autores de diferentes campos das ciências humanas, os quais têm por eixo central em seus trabalhos a questão racial brasileira, se fazem fundamentais ao que pretendemos sustentar neste ponto do trabalho: o direito à memória. Tendo isso por base, passemos à definição conceitual do direito fundamental à memória argumentado por Fabiana Santos Dantas [2008]: “[...] pode se afirmar que o direito fundamental à memória existe e consiste no poder de acessar, utilizar, reproduzir e transmitir o patrimônio

cultural, com intuito de aprender as experiências pretéritas da sociedade e assim acumular conhecimentos e aperfeiçoá-los através do tempo” [Dantas, 2008, p. 57-58].

Através da definição apresentada pela autora, ao pensarmos o acesso, a utilização, a reprodução e a transmissão de um patrimônio cultural da memória da população negra escravizada da região noroeste fluminense, podemos concluir que tal grupo obteve esse direito baseado nos pontos acima levantados? Igualmente, os descendentes deste grupo conseguem aprender as experiências pretéritas e preservar o patrimônio cultural de seus antepassados escravizados dentro da espacialidade à qual nos contextualizamos? É nisso, nesses questionamentos, que podemos retornar ao conceito de “história branca” levantado por Cida Bento [2022] e aos instrumentos de poder hegemônicos utilizados e ainda em voga à transmissão do que é desejável a esse grupo¹⁹. Neste sentido, a instrumentalização de um passado branco está atrelada aos jogos de poder que o viabilizam, ou seja, às conexões entre o poder político e a construção de memórias desejáveis:

Quero falar sobre a máscara do silenciamento. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamados/os “Outras/os”: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado [Kilomba, 2019, p. 33-34].

O peso do poder político presente no cenário da região noroeste fluminense – assim como em demais partes do Brasil –, tanto no contexto que analisamos quanto no momento presente, atuou e atua ao proporcionar uma construção imagética de uma verdade, a que busca os benefícios e mantém um *status quo* de uma branquitude estável e bem-sucedida. Assim, relacionando e buscando responder às questões que levantamos acima e, da mesma forma, investigando os jogos de poder presentes em nossa problemática, é possível perceber dois tipos de memórias. Primeiramente, uma memória de cunho institucional, que está conectada à formação de um saber seletivo, restrito a determinadas narrativas que privilegiam certos grupos em detrimento de outros. É nisso que a problematização do espaço público se insere. Os espaços públicos como museus e os próprios monumentos, na grande maioria das vezes, se apresentam como repositórios de uma memória oficial, a qual privilegia e sustenta um discurso oficial em manutenção de uma narrativa histórico-social branca.

[...] julgo o extermínio das memórias de um povo ser por si mesmo o próprio apagamento desse povo, uma vez que a retirada da presença de certos grupos minoritários dos anais da história impõe à ancestralidade, bem como a seus descendentes, o enfraquecimento de suas identidades e consciência social, potencializando o desaparecimento simbólico, psíquico e cosmológico da alteridade [Missiatto, 2021, p. 258].

Levando em consideração o conceito de memória institucional e de extermínio das memórias argumentado por Leandro Missiatto [2021], podemos apresentar uma situação a qual corrobora nosso ponto, constando o que acabou de ser levantado por meio de um exemplo em

¹⁹ “Os pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram. Devem reconstruir a história positivamente e assim usufruir da herança, aumentar os ativos dela e transmiti-los para as próximas gerações” [Bento, 2022, p. 86].

que um determinado segmento da sociedade é exaltado, enquanto outro, já pormenorizado, é mantido em uma posição de silenciamento e de esquecimento. O que por sua vez põe em xeque “[...] o direito subjetivo de conhecer, resgatar e refletir sobre o passado da sociedade, através do acesso orientado e gratuito ao patrimônio cultural brasileiro, em sua dimensão tradicional” [Dantas, 2008, p. 58]. O que Fabiana Santos Dantas levanta, o acesso orientado e gratuito ao patrimônio cultural brasileiro, atrela-se à importância do espaço público como dispositivo de memória, o qual se constitua um acesso às origens de populações invisibilizadas, como é o caso das populações negras escravizadas e seus descendentes no noroeste fluminense.

Nesse pensamento, Bom Jesus do Itabapoana, como já mostrado anteriormente, durante o período imperial fazia parte da porção territorial de Campos dos Goytacazes, pertencendo, posteriormente, com a emancipação de Itaperuna em 1889, a esta última. Como parte do território itaperunense, o espaço bonjesuense englobou uma das maiores parcelas de pessoas escravizadas em seu espaço. Assim como Itaperuna, a cidade recebe forte imigração europeia, principalmente italianos e portugueses. É nessa perspectiva que o Monumento em Memória do Imigrante Italiano foi inaugurado em 2018, na praça Octacílio de Moraes Borges²⁰, conhecida também como praça da bíblia. Como o próprio nome diz, o objetivo do monumento é a memória das tantas e tantos imigrantes de origem italiana que se estabeleceram na cidade em seu espaço urbano ou rural mostrando sua relevância nos âmbitos econômico, cultural e religioso da cidade.

Novamente, não é o intuito deste trabalho desmerecer a memória ou diminuir a relevância das comunidades europeias no conjunto de cidades do noroeste fluminense. Contudo, vale o questionamento sobre como os espaços públicos urbanos – como é o caso de Bom Jesus do Itabapoana – são utilizados para a manutenção de memórias de grupos socialmente valorizados da sociedade brasileira, em questão, os imigrantes italianos, indo de acordo a uma memória institucional. Por meio dessa situação em Bom Jesus do Itabapoana, a qual utilizamos como exemplo ao nosso argumento, novamente questionamos, como constatar a invisibilização e o apagamento à memória de um determinado grupo ou população? O que apresentamos com o monumento em exaltação ao imigrante italiano em Bom Jesus do Itabapoana pode ser entendido como uma situação que escancara de maneira mais clara a valorização de uma comunidade em detrimento de outra.

Sabemos que um exemplo apenas pode não ser suficiente para uma constatação baseada em séries, tendências e números. Porém, os múltiplos exemplos aos problemas de que tratamos, invisibilidade e memória, podem ser e ao mesmo tempo não o podem, nas ausências de espaços públicos que ressaltem a diversidade contida nas histórias das cidades da região noroeste fluminense e na manutenção de um grupo hegemônico. Ao mesmo tempo, em cada monumento ou museu que se dedica a narrativas eurocêntricas e coloniais, mantendo uma memória e uma consciência oficial, temos os exemplos de invisibilidade e ausência do direito fundamental à memória da população escravizada do noroeste fluminense²¹. É perceptível, assim, a ausência de monumentos, celebrações e espaços que valorizem ou mesmo relembrem a memória das populações escravizadas²² e toda sua

²⁰ A respeito do monumento, a matéria do jornal o Norte Fluminense melhor detalha: <https://onortefluminense.blogspot.com/2018/09/monumento-em-memoria-do-imigrante.html>

²¹ “A herança branca contém marcas da apropriação de bens materiais e imateriais, originárias da condição de descendente de escravocratas e colonizadores e é uma herança frequentemente tratada como mérito para legitimar a supremacia econômica, política e social. Essa herança fortalece a autoestima e o autoconceito da população branca tratada como “grupo vencedor, competente, bonito, escolhido para comandar” [Bento, 2022, p. 85].

²² “Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo” [Bento, 2002, p. 3].

importância com relação às bases econômicas cafeeiras – até 1888 – que sustentaram os municípios do noroeste fluminense até o início da década de 1930, e mesmo além destas.

Não custa com isso pensar que a escravidão, que longamente decorreu no Brasil, agindo pelo princípio colonial de negar as narrativas emanadas das diferenças, orquestrou uma sofisticada rede de anulamento e invisibilização das narrativas subalternizadas que resilientemente ainda perdura [Missiato, 2021, p. 256].

Com base no que Leandro Missiato pontua, podemos relacionar o que Cida Bento demonstra como a relação entre memória, poder e exclusão, proporcionando o fazer de uma verdade histórica: “O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais” [Bento, 2002, p. 2]. Indo além do escopo financeiro, o valor da memória das populações negras escravizadas está contido em fortes âmbitos culturais e religiosos. É o que Lélia Gonzalez [1984] apresenta como dispositivo de resistência, onde: “[...] a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena” [Gonzalez, 1984, p. 226].

Em síntese, nos documentos oficiais públicos, monumentos em espaços de mesmo propósito, a permanência de uma memória que viabilize a continuidade de um poder que ainda reside em uma pequena elite branca persiste e continua forte²³, enquanto, o papel dos escravizados na formação histórico-cultural é mantido em silenciamento ou esquecimento, sendo relegados a contos ou lendas populares sobre cemitérios. Exemplos disso, novamente recorrendo à situação bonjesuense e itaperunense, devido aos paralelismos com as situações antes trazidas desses municípios, são os casos da Fazenda dos Tardin, na serra de mesmo nome em Bom Jesus do Itabapoana²⁴, das senzalas ainda preservadas mas mesmo assim não valorizadas como possíveis espaços de memória das populações negras escravizadas, que mostram e confirmam a existência de um período tão cruel e ao mesmo tempo tão apagado no noroeste fluminense, como no caso da Fazenda São Domingos em Itaperuna.

Contudo, mesmo os contos ou as lendas populares podem e devem ser entendidos como dispositivos de resistência e potencialização de memórias dissidentes, podendo ser interpretados em memórias vivas. A valorização de uma memória viva implica nas manifestações das experiências, das histórias contadas de geração em geração – as tradições orais, sua cosmovisão com o tempo, a natureza, o sagrado e com a terra. Por meio de uma memória viva, pode-se constituir maneiras de potencializar e viabilizar o direito à memória às comunidades escravizadas e seus descendentes na região noroeste fluminense, onde esta é adaptável e capaz de propiciar uma conexão entre presente e passado, permitindo uma construção e uma compreensão mais amplas da história e da identidade dessas comunidades.

²³ “Ideologicamente convertida em paradigma biopolítico, a brancura foi administrada segundo as conveniências de cada potência colonial, disseminando-se nas escolas e no espírito das elites colonizadas. Assim, na incontestável igualdade material do corpo humano, o racismo infiltra-se sob forma de um valor eurocêntrico e pleno, supostamente universal, que cria a falsa universalidade do inumano pleno, o diverso. Pelo paradigma da brancura, ser branco tornou-se modernamente uma injunção moral, e a segregação racial instituiu-se como fato civilizatório” [Sodré, 2023, p. 163].

²⁴ A matéria de Gustavo Nascimento do jornal O Noroeste Fluminense, expõe com mais detalhes o que argumentamos neste ponto: <https://onortefluminense.blogspot.com/2012/10/ceimiterio-de-escravos-na-serra-do.html>.

Considerações Finais

Ao fim, ao analisar uma problemática que ultrapassa seu recorte proposto, alcançando e afetando diretamente a realidade, os resultados se apresentam um tanto quanto não otimistas, mas, ainda assim, é válido pensar em alternativas possíveis. Nesse sentido, ao observarmos o espaço do noroeste fluminense a partir de sua esparsa presença populacional no período colonial português, as relações com Campos dos Goytacazes e o papel dos aldeamentos indígenas nesse processo, podemos constatar que, mesmo com pouca atuação, o sistema colonial lusitano se fazia presente por meio de seu poder político-religioso. Em sequência, ao centrar nossa investigação a partir da década de 1850, vemos como o cultivo do café, ao contrário da atividade açucareira campista, movimentou os ditames demográficos, econômicos e políticos da região, mesmo após a queda da monarquia de Pedro II ao final da década de 1880, estando esses três pontos intrinsecamente atrelados em prol de uma manutenção de um poder branco que sustentou a utilização de mão de obra negra escravizada no espaço e permanece forte até a contemporaneidade através de uma memória institucional que ainda os favorece.

Nesse sentido, a relação entre a posse de terra e a continuidade do sistema colonial das grandes propriedades rurais é refletida no emprego de uma monocultura, no caso, o café, dando seguimento à tradição cafeeira da província fluminense. Para tal empreendimento, a utilização de mão de obra escravizada nos grandes latifúndios seguia uma normativa dos poderes coloniais brancos na região. “Nesse contexto, a diferença colonial fluiu por meio da noção supremacista dos europeus que, ao enunciar o Outro como um sujeito atrasado, ao mesmo tempo, autorreferenciavam-se como sujeitos de desenvolvimento, astúcia e sabedoria” [Missiato, 2021, p. 257].

Desse modo, ao enfatizar a existência e a relevância do trabalho escravizado no plantel cafeeiro do noroeste fluminense, buscamos, além de sua constatação, evidenciar o legado dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados para mais que sua força de trabalho nos âmbitos rural e urbano, mostrando como a importância de uma valorização memorial pode ao menos tentar reparar uma parte tão forte e cruel de nossa história, valorizando, ao mesmo tempo, a existência daqueles que descendem dos tantos que foram escravizados. “Não é simplesmente o acesso à Cultura, mas a parte dela que evoca a origem do povo, os seus valores fundantes e as suas raízes” [Dantas, 2008, p. 58]. Pois é justamente por meio dessa valorização que se abre espaço para o lugar de voz daqueles que, historicamente, foram privados desse direito. As palavras de Grada Kilomba [2019] reverberam o impacto do que propomos:

Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar [somente] quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que “pertencem”. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que “não pertencem”. A máscara recria esse projeto de silenciamento e controla a possibilidade de que colonizadas/os possam um dia ser ouvidas/os e, consequentemente, possam pertencer [Kilomba, 2019, p. 42-43].

Falar de um esquecimento intencional e de direito à memória não é uma pormenorização de outros componentes sociais do espaço do noroeste fluminense, mas um destaque à relevância de comunidades e setores da sociedade excluídos e marginalizados ao longo da história. Enfatizar a existência de trabalho escravizado nessa parte do território fluminense é mostrar como a região esteve conectada aos sistemas de poder existentes, os quais operaram primeiramente na manutenção do trabalho de pessoas escravizadas e, após 1888, na garantia da exclusão destas pessoas da memória e da história dos municípios, proporcionando a continuidade de uma verdade

que contribuísse com o sistema branco hegemônico²⁵ que muito ainda vigora na atualidade: “[...] uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (Bento, 2002, p. 2).

Propor um direito à memória é proporcionar um rompimento com continuidades de poderes, os quais somente beneficiam os já muito consolidados nesses espaços. “A força principal do vínculo está não apenas na conexão radical e afetiva entre os vivos, mas também na conexão com os mortos, por meio da memória individual e coletiva” (Sodré, 2023, p. 139). E, assim, se sugerem possíveis respostas aos questionamentos que levantamos ao nos ocupar do direito à memória em nosso trabalho. Conforme os conceitos-bases do direito à memória argumentados por Fabiana Santos Dantas (2008), não teríamos o acesso, a utilização, a reprodução e a transmissão por parte dos descendentes de pessoas negras escravizadas no noroeste fluminense em razão do sistemático processo de destituição e invisibilização de seus antepassados por uma estrutura colonial branca que visa à manutenção de uma memória institucional que os favoreçam.

A valorização, a preservação e o trabalho investigativo são procedimentos fundamentais para que se estabeleçam não somente monumentos em espaços públicos mas também celebrações que contemplem as heranças cultural e histórica de todos aqueles que, embora tenham sido tão excluídos, muito contribuíram para o crescimento e o fortalecimento das elites brancas do noroeste fluminense. No Brasil no qual se procura romper com as marcas de um racismo estrutural que permeia a sociedade fortemente, buscar alcançar rompimentos a essas estruturas em pequenas cidades do interior do estado do Rio de Janeiro já é um grande passo na direção de buscar uma comunidade que não perpetue o sofrimento diário da população negra. Por fim, encerro com as palavras de Cida Bento, as quais integralizam as conclusões deste trabalho:

É compreensível o silêncio e o medo, uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país. Assim, a sociedade empreendeu ações concretas para apagar essa “mancha negra da história”, como fez Rui Barbosa, que queimou importante documentação sobre esse período. Essa herança silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade. No entanto, o silêncio não pode apagar o passado: esse tema é um permanente desconforto para os brasileiros e emerge quando menos se espera (Bento, 2002, p. 19).

Referências

ALMEIDA, M. R. C. **Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial: Novos Súditos Cristãos do Império Português**. 2000. Tese [Doutorado em Ciências Sociais] – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2000.199271>. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1589088>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BARROS, C. E. S. M. **O sentido do espaço na iconografia do aldeamento Missionário de São Fidélis**. 1992. Dissertação [Mestrado em História da Arte] – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/6293>. Acesso em: 24 jan. 2026.

²⁵ “É flagrante observar que alguns estudos das primeiras décadas do século XX focalizaram o branco, não para compreender seu papel nas relações entre negros e brancos, mas para garantir sua isenção no processo de escravização da parcela negra da população brasileira” (Bento, 2002, p. 5).

BASTOS, P. A. M. B.; CATHARINA, P. P. G. F. Prefácio à Presente Edição. // AZEVEDO, G. A. **Rumorejos do Monte Himalaya**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2019. p. 5-19. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/14251>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BENTO, M. A. S. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENTO, M. A. S. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARVALHO, R. A. B. **Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social 1897-1950**. 2009. Tese [Doutorado em História Social] – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DANTAS, F. S. **O direito fundamental à memória**. 2008. Tese [Doutorado em Direito Constitucional] – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4176>. Acesso em: 24 jan. 2026.

FRAGOSO, J. L. O Império Escravista e a República dos Plantadores. Parte A: Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma *plantation* escravista exportadora. // LINHARES, M. Y. [org.]. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FRAZÃO, G. A.; ALMEIDA, R. R. 'Da mata bruta' aos montes cobertos por cafeeiros, canaviais e pastagens: traços da História Ambiental de Cambuci e do Noroeste Fluminense [1861-1920]. **Revista IDEAS, Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 14, n. 1, e020006, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/250>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GOMES, L. E. **Entre Déspotas e Heróis: Conflitos pela terra em Campos dos Goytacazes e suas visões na historiografia [1674-1752]**. 2014. Tese [Doutorado em História Social] – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, Rio de Janeiro, p. 223-244, 1984.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MISSIATTO, L. A. F. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, UFPEL, Pelotas, v. 13, n. 24, p. 252-273, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15210/rmr.v13i24.20210>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/20210>. Acesso em: 24 jan. 2026.

NASCIMENTO, S. G. Cemitério de escravos na Serra do Tardín: Um Patrimônio Histórico de Bom Jesus do Itabapoana. **O Noroeste Fluminense**, Bom Jesus do Itabapoana, 17 out. 2012. Disponível em: <https://onortefluminense.blogspot.com/2012/10/cemiterio-de-escravos-na-serra-do.html>. Acesso em: 24 jan. 2026.

NASCIMENTO, S. G. Monumento em memória do Imigrante Italiano será inaugurado hoje, às 18h, por ocasião da 2a. Festa Cultural Italiana. **O Noroeste Fluminense**, Bom Jesus do Itabapoana, 15 set. 2018. Disponível em: <https://onortefluminense.blogspot.com/2018/09/monumento-em-memoria-do-imigrante.html>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PEREIRA, M. J. F. C. História ambiental do café no Rio de Janeiro: século XIX: a transformação do capital natural e uma análise de desenvolvimento sustentável. // SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina, PR. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, A. R. **Itaperuna, RJ no contexto regional no noroeste fluminense: um movimento entre a centralidade e a descentralidade**. 2015. Dissertação [Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades] – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015.

RAHY, I. S. Povoamento do Estado do Rio de Janeiro. **GEO UERJ, Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 6, p. 37-43, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49068>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SODRÉ, M. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis: Vozes, 2023.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS**COMO CITAR ESTE ARTIGO SEGUNDO AS NORMAS DA REVISTA**

ABNT: OLIVEIRA, S. M. M. Entre a memória e a invisibilidade: a história da escravidão negra no Noroeste Fluminense. *Vértices [Campos dos Goytacazes]*, v. 27, n. 2, e27223424, 2025. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n22025.23424>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/23424>.

APA: Oliveira, S. M. M. [2025]. Entre a memória e a invisibilidade: a história da escravidão negra no Noroeste Fluminense. *Vértices [Campos dos Goytacazes]*, 27[2], e27223424. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n22025.23424>

DADOS DO AUTOR E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

Sérgio Manoel Miranda de Oliveira – Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) – Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: sergiomiranda@id.uff.br.

FINANCIAMENTO

O autor declarou não ter havido financiamento externo para a pesquisa que originou este artigo.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declarou não haver conflito de interesses.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

O autor declarou não ter havido uso de ferramentas de inteligência artificial generativa na pesquisa e na escrita do artigo.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTURAL

Este documento é protegido por Copyright © 2025 pelo Autor.

LICENÇA DE USO

Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#). Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO

Essentia Editora, coordenação subordinada à PROPPIE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Essentia Editora.

NOTA

Este artigo faz parte do Dossiê Temático “Sociedade-Natureza, Economia, Política e Cultura no Noroeste Fluminense e regiões circunvizinhas” selecionado no Edital n. 77/2024 para publicação na *Vértices*.